



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA

ANA CRISTINA TELES DE ABREU

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESFERA MUNICIPAL DE
GILBUÉS-PI

CORRENTE
2024

ANA CRISTINA TELES DE ABREU

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESFERA MUNICIPAL DE
GILBUÉS-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaine Marques Leal Barros.

CORRENTE

2024

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESFERA MUNICIPAL DE GILBUÉS-PI

Ana Cristina Teles de Abreu¹
Janaine Marques Leal Barros²

RESUMO

O processo de inclusão escolar é um desafio que envolve profissionais que implementam práticas de ensino que levem em consideração as particularidades dos alunos, bem como seus processos individuais de aprendizagem. As pessoas com deficiência precisam desenvolver a aprendizagem com os mesmos direitos dos demais alunos, porém existem diversas barreiras que podem desestabilizar uma educação de qualidade para um público que precisa de mais atenção. O objetivo geral deste artigo científico focou em analisar os desafios que a gestão municipal de Gilbués tem enfrentado para que a Educação Especial seja implementada em sua forma integral na esfera educacional do município. Neste viés percorremos os seguintes objetivos específicos inicialmente buscamos identificar as principais barreiras enfrentadas pela gestão municipal de Gilbués na implementação da Educação Especial em seguida avaliamos a disponibilidade de recursos físicos e materiais para a Educação Especial no âmbito educacional do município e por fim propomos sugestões práticas para superar os desafios identificados na implementação integral da Educação Especial em Gilbués. Para a construção deste trabalho utilizamos o percurso metodológico da revisão bibliográfica narrativa e de pesquisa documental que são procedimentos fundamentais para a investigação acadêmica, uma vez que permite a análise crítica e a síntese de estudos e fontes existentes em um determinado campo de conhecimento. Essa abordagem envolve a coleta e a análise de material bibliográfico de alta qualidade, como artigos científicos, livros e outros documentos, com o intuito de identificar tendências, lacunas no conhecimento e *insights* relevantes. Nesse processo, os pesquisadores utilizam critérios de exclusão e inclusão para a seleção das fontes e aplicam métodos qualitativos, como a análise de conteúdo, para extrair informações significativas e teorizar sobre os resultados. Realizamos uma revisão das fontes teóricas apresentadas por autores que compartilham uma perspectiva inclusiva, tais como Sassaki, Stainback, Figueira; entre outros, que possuem autoridade para abordar o tema em questão. A presente pesquisa bibliográfica sobre Educação Especial e Inclusiva em Gilbués-Pi destacou desafios semelhantes aos nacionais, incluindo carência de recursos, demandando políticas inclusivas e formação continuada. Enfatiza a necessidade de esforços coletivos e mudanças estruturais para uma inclusão efetiva, ressaltando o papel crucial da pesquisa na busca por melhorias contínuas.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Desafios Municipais.

¹ Ana Cristina Teles de Abreu. Graduada em Administração . UFPI. annacristina-24@hotmail.com

² Prof^a. Dr^a. Janaine Marques Leal Barros. Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. UFC. E-mail. janaine.leal@ifpi.edu.br

ABSTRACT

The process of school inclusion is a challenge that involves professionals implementing teaching practices that take into account the particularities of the students, as well as their individual learning processes. People with disabilities need to develop their learning with the same rights as other students, but there are several barriers that can destabilize quality education for an audience that needs more attention. The general objective of this scientific article focused on analyzing the challenges that the municipal administration of Gilbués has faced in ensuring that Special Education is implemented in its entirety in the educational sphere of the municipality. With this in mind, we pursued the following specific objectives: first, we sought to identify the main barriers faced by the municipal administration of Gilbués in implementing Special Education, then we evaluated the availability of physical and material resources for Special Education in the educational sphere of the municipality and, finally, we proposed practical suggestions for overcoming the challenges identified in the full implementation of Special Education in Gilbués. To construct this work, we used the methodological approach of narrative bibliographic review and documentary research, which are fundamental procedures for academic research, since they allow for the critical analysis and synthesis of existing studies and sources in a given field of knowledge. This approach involves collecting and analyzing high-quality bibliographic material, such as scientific articles, books and other documents, in order to identify trends, gaps in knowledge and relevant insights. In this process, researchers use exclusion and inclusion criteria to select sources and apply qualitative methods, such as content analysis, to extract meaningful information and theorize about the results. We carried out a review of theoretical sources presented by authors who share an inclusive perspective, such as Sassaki, Stainback, Figueira; among others, who have the authority to address the issue in question. This bibliographical research on Special and Inclusive Education in Gilbués-Pi highlighted challenges similar to those at national level, including a lack of resources, demanding inclusive policies and continuing training. It emphasizes the need for collective efforts and structural changes for effective inclusion, highlighting the crucial role of research in the search for continuous improvement.

Keywords: Special Education, Inclusion, Municipal Challenges.

Data de aprovação: 22 / 01 / 2024

1-INTRODUÇÃO

Ao longo de um extenso período, a Educação Especial no Brasil foi marcada por uma abordagem segregadora, adotando um modelo médico de avaliação, seleção, orientação e atendimento aos estudantes com deficiência. Essa abordagem fundamentava-se no paradigma de segregação, direcionando esses alunos para instituições especializadas sob a justificativa de proporcionar um atendimento mais adequado às suas necessidades de aprendizagem (MENDES, 2006). Neste sentido surge à necessidade de uma discussão mais aprofundada acerca da inclusão social que é de suma importância na sociedade contemporânea, uma vez que reconhece a necessidade de respeitar a diversidade e promover a participação de todos os indivíduos, independentemente de suas caracterís-

ticas singulares, tais como gênero, etnia, situação socioeconômica, religião, habilidades físicas e aspectos psicológicos. Este imperativo ético impulsiona a busca por uma sociedade justa e igualitária, sendo essencial orientar o futuro cidadão para conviver com as diferenças, respeitar o próximo e contribuir para uma sociedade digna e democrática.

Nesse contexto, a educação especial e inclusiva desempenha um papel fundamental, uma vez que visa atender a todas as necessidades dos alunos, valorizando a diversidade. No entanto, a educação enfrenta desafios significativos em nível nacional, como a desvalorização da profissão docente, a precariedade das instalações escolares e a falta de recursos, comprometendo a eficácia do ensino e o engajamento dos alunos (Freire, 1996, p. 38). No município de Gilbués, essa realidade se assemelha ao cenário nacional, levantando ao objetivo geral deste estudo que trás a luz da sociedade o seguinte questionamento: Quais são os desafios enfrentados pela gestão municipal de Gilbués para a efetiva implementação da educação especial e inclusiva no ambiente escolar? A hipótese formulada para esta pesquisa foi a de que educação especial e inclusiva é uma preocupação recorrente na população local, que sente a ausência de um atendimento adequado por parte das políticas públicas.

A inclusão vai além de um compromisso retórico; ela exige uma transformação interna, permeada por aspectos subjetivos e interações entre a sociedade civil e a gestão municipal. A motivação para explorar o tema "Educação especial e inclusiva no contexto escolar" deriva da experiência pessoal da autora como professora em Gilbués, de onde nasce o interesse em explorar os possíveis desafios envolvidos na efetiva implementação dessas políticas públicas.

Com o intuito de atingir tal objetivo, delineamos os seguintes objetivos específicos: em primeiro lugar, identificar as principais barreiras enfrentadas pela gestão municipal de Gilbués na implementação da Educação Especial e inclusiva. Em seguida, avaliarmos a disponibilidade de recursos físicos e materiais para a para esta modalidade de educação no âmbito educacional do município. Por fim, propomos sugestões práticas para superar os desafios identificados na implementação integral da Educação Especial e inclusiva em Gilbués. O estudo percorre uma estrutura organizada, iniciando com a introdução, que estabelece o contexto e o objetivo geral da pesquisa seguida pela descrição detalhada da metodologia de revisão bibliográfica narrativa.

O artigo no ponto inicial da fundamentação teórica aborda a Educação Inclusiva, descrevendo definições, princípios e objetivos, destacando a importância de uma educação que atenda a todas as necessidades dos alunos. Em seguida, são discutidos os Desafios da Escola Pública na Educação Especial e Inclusiva, abordando problemas como falta de recursos, formação inadequada

de professores e infraestrutura escolar deficiente. A terceira parte analisa as Políticas Públicas de Inclusão na Educação Especial, explorando os pontos centrais a cerca das políticas e estratégias governamentais para garantir acesso igualitário à educação. Os resultados e discussões destacam desafios específicos enfrentados pela gestão municipal de Gilbués-Pi na implementação da Educação Especial e Inclusiva, abordando questões como infraestrutura, financiamento, formação docente e promoção de uma cultura inclusiva. As considerações finais sintetizam os principais achados e enfatizam a importância de esforços coletivos para superar obstáculos, ressaltando a relevância contínua da pesquisa no contexto da Educação Inclusiva. Essa estrutura proporciona clareza e coesão ao trabalho, permitindo que os leitores compreendam de forma abrangente a pesquisa e seus resultados.

2-REFERENCIAL TEÓRICO

2.1-CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Nos últimos anos, a Educação Inclusiva emergiu como uma abordagem transformadora no cenário educacional, desafiando concepções antigas e promovendo a equidade no acesso ao aprendizado. Em contraposição aos modelos tradicionais que segregavam estudantes com necessidades especiais, a Educação Inclusiva busca a plena participação e desenvolvimento de todos, independentemente de suas diferenças. Este paradigma impulsionou mudanças significativas nas práticas pedagógicas, estimulando a diversidade e a aceitação, e se tornou um ponto central nas discussões sobre o aprimoramento do sistema educacional contemporâneo. Este breve contexto destaca a relevância e o impacto crescente da Educação Inclusiva na busca por uma sociedade mais justa e acessível. Para Mantoan (2003, p. 28) entender o conceito de educação inclusiva, é necessário para compreender as transformações que ocorreram historicamente, pois os processos sociais e educacionais passaram por diferentes paradigmas - exclusão, segregação, integração e inclusão. (Rodrigues e Maranhe (2012, p. 46) observam que eram comum no século XVII crianças com deficiência serem abandonadas em ruas, igrejas ou portas de mosteiros e, em El Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII).

Ainda segundo Rodrigues e Maranhe (2012, p. 49). No século XVIII, São Paulo fundou as “Rodas de Exposição” e passou a acolher essas crianças, que ficaram aos cuidados de freiras e disponibilizadas para adoção. Na década de 60, marcada pela segregação, a institucionalização se consolidou por meio da divulgação de instituições especializadas, inclusive escolas especiais (Sasaki,

2002, p 107). Segundo Mendes (2005), na década 70, para melhor atender esses alunos, a educação especial segregada funcionava como um sistema paralelo ao ensino geral. Foi apenas nos movimentos sociais pelos direitos humanos (décadas de 1960 e 1970) que a reflexão sobre a crescente democratização ganhou força e espaço para a integração, tendo em vista que, devido à crise mundial do petróleo, as classes segregadas estavam cobrando seu preço da população.

Em suma, a trajetória histórica da Educação Inclusiva reflete uma evolução marcante, partindo de períodos de exclusão e segregação para uma busca incessante por práticas educacionais mais igualitárias e acessíveis. Ao explorar as mudanças de paradigmas ao longo dos séculos, observamos a transição de modelos que marginalizavam crianças com deficiência para uma abordagem mais integradora e, finalmente, para o compromisso contemporâneo com a inclusão. O entendimento profundo dessas transformações proporciona um contexto essencial para a implementação eficaz de políticas e práticas inclusivas na educação. Assim, ao olhar para o futuro, reforçamos a importância de continuar desafiando as normas, promovendo a aceitação da diversidade e consolidando a Educação Inclusiva como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.2- OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

O processo de inclusão já é um conceito mundial, com pessoas com deficiência lutando por seus direitos e seu lugar na sociedade. Mas será que as pessoas realmente sabem o que é essa palavra que está sendo falada e discutida nos dias de hoje? Será um que há entendimento claro do que de fato é inclusão? A própria palavra já transmite um sentido de exclusão, pois só existe este termo porque há excluídos. O debate sobre esse tema é bastante complexo, principalmente no âmbito escolar, e os recentes apelos para o desenvolvimento de recomendações pedagógicas que, assegure mais equidade de oportunidades e direitos para todos os alunos, não têm sido fácil, seja pela estrutura física, seja pela estrutura de pessoal, pois nem mesmo as escolas e nem o corpo docente estavam prontos para esta nova demanda. Como nos garante Stainback (2004,2005).

Um dos motivos da escola não efetuar com êxito o processo de inclusão ocorre pelo fato da padronização dos programas de ensino, da avaliação e dos métodos educacionais que, segundo ela, ignora mais diversidade sócio-cultural dos alunos. (Stainback, 2004,2005, p. 20-24).

Com base no autor, espera-se que professor gerencie seus métodos de ensino na procura de compreender as diferentes culturas, tendo assim um conhecimento prévio sobre cada um dos seus

alunos. No entanto é claro o preconceito deste profissional que ficam evidentes em falas como não sei por onde começar, não está preparado para isso, não temos estrutura de ensino para nos ajudar, a turma não aceita esse aluno, sentir-se excluído? Como avaliá-lo? Conforme coloca Figueira, (1995).

Palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente. Às vezes, o uso de certos termos, muito difundido e aparentemente inocente, reforça o preconceito. Além dessas falas, temos observado, o medo da mudança com certeza do fracasso e medo da diferença onde se sentem ameaçados, os que provocam afastamento, o estigma e consequentemente o preconceito. O professor desconhece quem é este sujeito, suas possibilidades, seus desejos, suas dificuldades e limitações (Figueira, 1995, p. 21).

É evidente o grande desafio para a instituição escolar, que deve enfrentar algumas dificuldades para oferecer educação equitativa a todos, independentemente de suas diferenças. Isso se efetiva diante da importância que o espaço escolar tem neste processo e o mais importante dentro destes aspectos é o papel dos professores em se reconhecerem como agentes que têm o poder de mudar essa realidade na sua prática docente.

Devemos respeitar a individualidade de cada integrante quanto ao aprendizado e garantir um atendimento educacional eficiente existindo para este fim um projeto político de educação que viabilize essa educação de qualidade, e o profissional da educação seja valorizado para que participe ativamente da construção da implementação do projeto político pedagógico no ambiente escolar para que este local permita aos alunos interagirem com as realidades socioculturais, pois escolas de qualidade valorizam a aprendizagem, a descoberta e a criatividade dos alunos.

2.3- POLÍTICAS PÚBLICAS UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Avançar em direção aos direitos dos grupos excluídos passa pela superação do descompasso nas políticas públicas básicas em áreas sociais como educação, saúde, família, moradia, desenvolvimento social para que possamos colocar o ato de solidarizar em ação, acreditamos que nesta área existe falta de suporte necessário a rede, metas globais não podem ser alcançadas por nenhuma ação individual, sobretudo dentro das esferas públicas, bem como na área científica. Nessa perspectiva, o Estado assume o papel de mediador entre diversas instâncias e estratos sociais, fomentando a cooperação entre autoridades regionais e municipais, organizações não governamentais (ONGs), fundações, empresas privadas, movimentos sindicais, instituições de ensino superior, organizações religiosas, sociedade civil e comunidades, entre outros setores organizados (Kliksberg, 1998, p. 45). Essa mediação se traduz em iniciativas voltadas para a garantia dos direitos de todos os cidadãos, com especial atenção àqueles que enfrentam discriminação ou marginalização por diversos motivos.

Para desempenhar essa função de maneira eficaz, com o objetivo de causar um impacto social significativo nos processos injustos de exclusão social enfrentado por diferentes grupos na sociedade civil, é imperativo revisitar as políticas públicas atualmente em vigor. Embora a política pública seja definida em função dos interesses comuns de todas as classes sociais, é preciso reconhecer a dinâmica conflituosa das diferentes forças envolvidas na estrutura social (Boneti, 2000, p. 22). O perfil social atual, marcado por projetos econômicos e políticos globais, impõe contextos socioculturais e determina grandes mudanças, comprometidos com essa lógica capitalista de organização e produção. Os valores da sociedade neoliberal moderna dão ênfase ao indivíduo, na competitividade, nas habilidades necessárias para se adequar ao mundo do trabalho.

A escola, como instituição social inserida nesse contexto, “é sempre lembrada como a instituição responsável por promover a inclusão ou reduzir a exclusão social” (Boneti, 2000, p.213), conforme suas vidas diárias são preenchidas com as mesmas práticas, conflitos e discussões que prevalecem na sociedade. Neste viés trago a compreensão de Goffman (1981) sobre o estigma que a sociedade impõe sobre o indivíduo.

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus "pares" conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele. Assim, as pessoas que têm dificuldades auditivas não se vêem absolutamente como pessoas surdas, e as que têm deficiência de visão não se consideram, de maneira alguma, cegas. E em sua associação com, ou separação de, seus companheiros mais visivelmente estigmatizados, que a oscilação da identificação do indivíduo é mais fortemente marcada. (Goffman, 1981, p. 92).

A fala do autor estigma destaca a tendência do indivíduo estigmatizado em estratificar seus pares com base na visibilidade dos estigmas. Isso resulta em atitudes diferenciadas em relação aos colegas mais visivelmente estigmatizados, evidenciando uma oscilação na identificação do indivíduo durante sua interação com esses pares. A complexidade dessas dinâmicas ressalta a importância da escola como um espaço crucial para abordar e compreender as nuances da experiência de quem carrega estigmas, contribuindo assim para uma inclusão mais efetiva. Apesar das limitações e oportunidades impostas à escola pelo contexto político neoliberal na sociedade, ela mantém uma posição central no cenário da inclusão social.

Sua gestão, nesse contexto, deve estar direcionada não apenas para a transmissão de conhecimentos, mas também para a formação de sujeitos sociais e o fortalecimento e construção da identidade dos lugares que ela abrange. No entanto, quando as escolas adotam abordagens alinhadas a projetos neoliberais, surgem promessas contraditórias ao lidar com duas realidades

intrinsecamente conflitantes. O papel formativo da escola, nesse cenário, é delineado pela adaptação de hábitos, atitudes, habilidades e competências aos padrões de excelência exigidos pelo mercado. Esses padrões definem a competência técnica dos indivíduos com base em critérios homogêneos de comportamento e conhecimento, desconsiderando as atuais diferenças culturais e sociais. Conforme destacado por (Boneti, 2000.p 238- 239).

A escola se encontra em uma posição dual. Por um lado, ela deve formar entidades sociais e atender às novas demandas do mercado de consumo. Por outro lado, é incumbida de responder a um grande contingente de pessoas "desqualificadas" que foram excluídas por diversas emergências. Essa dualidade implica na necessidade de adquirir conhecimento técnico exigido pelo mercado, sem, no entanto, se conformar com os constrangimentos impostos pelo projeto de hegemonia capitalista global.

É nesse aspecto que se encontra o grande desafio da escola. A busca da homogeneidade, que confere com os propósitos do projeto econômico e político global, mas compromete o papel da escola na luta pela inclusão social dos diferentes e dos segmentos sociais com menor capacidade de enfrentamento da competitividade (Boneti, 2000, p. 238-239).

Nesse sentido a educação e a escola devem enfrentar a ordem dominante, buscando a superação de projetos político-pedagógicos que se conformam aos modos de exclusão decorrentes do processo de produção capitalista. É compromisso de a escola abrir espaço para que o modelo vigente seja superado mesmo que não tenha todas as armas para mudar a relação atual. É em meio a essas contradições que a Secretaria de Educação Especial em sua resolução CEE/PI nº 057/2016 busca formular e programar políticas públicas que tenham como propósito o respeito à diferença e a promoção dos direitos humanos.

De fato, sabe-se que a Secretaria de Estado da Educação do Piauí tem definido suas propostas políticas de ensino ao resgatar a centralidade das escolas e dos professores na gestão da política educacional, tendo como principais linhas de ação a reformulação curricular, a elaboração de um novo plano educacional nacional e a implementação da Política de Educação Continuada para Profissionais CEE/PI nº 057/2016. Nosso objetivo é desenvolver um amplo “projeto de reforma curricular a partir da articulação coletiva de um conjunto de idéias que permeie as propostas que fundamentarão o processo de ensino nas escolas” (Arco-verde, 2004, p.2). A política curricular é reconhecidamente uma ação pública de tomada de decisão, no qual transitam lutas ideológicas e visões conflitantes que refletem a dinâmica dos movimentos sociais.

Os textos curriculares simbolizam o discurso oficial do Estado, mas são legitimados pelos diferentes atores sociais que os colocam em prática, principalmente aqueles situados no ambiente escolar. Dessa forma, a educação especial necessitará de um amplo debate para redefinir os fundamentos e concepções que norteiam o trabalho docente das escolas, em virtude de um currículo flexível, aberto e dinâmico, que permite a aceitação de todas as diferenças existentes no ambiente escolar, constituem uma base importante para a inclusão. Relacionada à ação da reforma curricular está a promoção da formação continuada para que os profissionais da educação possam refletir sobre os desafios impostos à prática docente, levando em consideração a diversidade de necessidades dos alunos presentes em sala de aula.

Procuramos alicerçar a intenção de que as necessidades educacionais especiais não sejam apenas discutidas pelos profissionais da educação especial mais por todos que fazem parte da sociedade contemporânea. Neste aspecto das Políticas de Interesse à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil, vale salientar a concepção de Educação Especial, apresentado no artigo 3º da Resolução CNE/CEB 02/2001:

[...] modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Brasil, 2001).

Diante desse contexto, torna-se evidente que o direito à educação da pessoa com deficiência no Brasil é uma conquista historicamente recente. Como resultado desse avanço, as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência são promulgadas com o propósito de proporcionar e assegurar, de maneira efetiva, a igualdade em direitos e oportunidades, bem como promover a acessibilidade para esse grupo.

Adicionalmente, essas políticas visam combater o preconceito enfrentado pelas pessoas com deficiência. Neste sentido todos os eventos promovidos pelo Ministério da Educação, nos quais são esperados professores, alunos e demais representantes da comunidade escolar dos estados, incluem discussões sobre temas relacionados à educação especial, tanto na forma de seminários quanto dos eixos temáticos que o cronograma de eventos permite (Brasil, 2001, p.7). Além disso, existem programas de formação continuada para professores do ensino regular e especial na Secretaria de Educação Especial, que têm como eixos temáticos as especificidades do processo educacional do aluno com necessidades educacionais especiais.

Acreditamos, que dessa forma, estaremos oferecendo subsídios para que se ampliem as possibilidades de reflexão e intervenção no fazer pedagógico, na educação especial no Brasil.

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado a vivência com as crianças (Mittler, 2003, p.139).

O processo de inclusão e exclusão se inicia no ambiente da sala de aula. Independentemente do comprometimento do governo em relação à inclusão, são as experiências cotidianas vivenciadas pelas crianças nas salas de aula que moldam a qualidade de sua participação e determinam a amplitude total das experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola. O cerne da qualidade de vida e aprendizado experimentado pelas crianças reside nas maneiras pelas quais as escolas promovem a inclusão e evitam a exclusão, conforme destacado por Mittler (2003, p. 139). Essas práticas fundamentais moldam não apenas a educação formal, mas também influenciam diretamente a integração social e a vivência educacional das crianças.

3-PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi conduzida na cidade de Gilbués, que abrange uma área de 3.495 km² e está localizada a sudoeste do Piauí, na microrregião do Alto Médio Gurguéia. As coordenadas geográficas são 09° 49' 55" de latitude Sul e 45° 20' 38" de longitude Oeste. Esta cidade está aproximadamente a 815 km da capital Teresina. O município foi criado em 1938, segundo o Censo 2022 do IBGE, tem uma população de 10.892 habitantes.

Para realização deste estudo a metodologia utilizada foi à pesquisa de cunho bibliográfico de abordagem qualitativa com a tipologia narrativa e documental e finalidade descritiva com base, em pesquisas documentais e outras demais publicações ligadas ao tema. Ao explorar aspectos relacionados à pesquisa bibliográfica em seus estudos, Gil (2002, p. 44) destaca que, embora a maioria das pesquisas exija algum grau desse tipo de trabalho, existem estudos que são conduzidos exclusivamente com base em fontes bibliográficas. Conforme Prodanov e Freitas (2013), ao abordar a questão metodológica, a pesquisa pode ser categorizada como qualitativa ou quantitativa. Os autores enfatizam que essas duas abordagens na condução de uma investigação científica são entrelaçadas e têm potencial para se complementarem.

A escolha entre pesquisa qualitativa ou quantitativa, segundo os autores, está atrelada às intenções, objetivos e interesses do pesquisador, bem como à modalidade de estudo que se pretende realizar. Assim sendo as buscas para a realização deste estudo foram efetuadas em Bases de Dados, disponíveis nos principais sites de pesquisa acadêmica, a saber, Portal de periódicos do Capes, Sci-ello e no Google acadêmico.

A fim de facilitar o processo de busca nos bancos de dados mencionados acima, foram utilizados os seguintes descritores: Educação Especial, Inclusão e Desafios Municipais. Utilizamos para a produção deste documento um recorte temporal bem atualizado, pois se trata de um assunto complexo que envolvem várias nuances e para que pudessemos abranger todos os pontos buscamos fontes atuais que datam a partir 2018 até o momento atual. Ao longo do processo de pesquisa, foi realizada uma análise documental com o propósito de examinar e compreender a abordagem da política de educação especial nos documentos oficiais. Na análise foram incluídos os seguintes documentos para consideração: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI); a Proposta Curricular adotada pelas redes municipais de ensino de Gilbués-PI; dados do Censo Escolar municipal e o Plano Municipal de Educação (PME).

Considerando os desafios históricos como: Falta de infraestrutura escolar, preconceitos, déficit de profissionais especializados. Enfrentados pelas políticas públicas de educação direcionadas para pessoas com deficiência, e levando em conta que a PNEEPI foi introduzida no Brasil há mais de uma década com a finalidade de ser efetivada, ainda observamos a existência de gestores públicos que não têm conhecimento pleno das diretrizes para sua aplicação na prestação de serviços à população-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica qualitativa é uma abordagem valiosa. A pesquisa bibliográfica é uma prática predominantemente realizada no âmbito acadêmico, visando aprimorar e manter atualizado o conhecimento por meio da análise sistemática e científica de obras previamente publicadas. Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

No método de pesquisa bibliográfica o pesquisador procura obras previamente publicadas que sejam pertinentes para adquirir conhecimento e examinar o tema de pesquisa a ser abordado.

Neste sentido, o foco deste percurso metodológico será descrever os desafios da inclusão escolar, comparando diferentes modelos e perspectivas de gestão. A finalidade deste trabalho é descritiva e qualitativa, visando analisar os desafios enfrentados pela educação inclusiva. No contexto específico de Gilbués-Pi, a investigação dos desafios da educação especial e inclusiva também é conduzida através de estudos bibliográficos sérios essa abordagem permite compreender e analisar a situação com base em fontes confiáveis e autorizadas.

4-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista das escolas inclusivas, é fundamental promover mudanças nas estratégias educacionais e garantir que a concepção e implementação do currículo seja colaborativa, envolvendo professores, administradores, pais, alunos e todos aqueles comprometidos com a educação autêntica na comunidade (Mantoan, 2003). Para isso, é necessário compreender as necessidades, desejos e expectativas dos alunos com deficiência, pois a falta desse conhecimento pode levar à exclusão dos alunos e prejudicar a concretização dos seus direitos (Godoy, 2000). No entanto, a gestão escolar enfrenta frequentemente desafios que colocam barreiras significativas à inclusão efetiva de alunos com deficiência. A respeito deste tema, Sakura Haruno (2019) enfatiza:

O primeiro desafio é o engajamento das famílias no processo de ensino aprendizagem de tais alunos, pois a maioria não procura entender as dificuldades que aquele aluno encontrará pelo caminho e que por consequência precisará de apoio, deixando a cargo do professor titular e/ou profissional de apoio. Outro ponto considerado como desafio é a falta de adesão dos professores à inclusão, poucos realmente adaptam suas atividades e avaliações ao contexto do aluno com deficiência, alegando desconhecimento ou falta de tempo, pois muitas vezes precisam trabalhar em diversos espaços (Haruno, 2019).

Conforme afirmado por Paro (2001), as pessoas se unem de maneira coletiva para atingir objetivos compartilhados, utilizando os recursos disponíveis da melhor forma possível. Na gestão democrática, esses recursos são empregados de maneira consciente e intencional para buscar aprimoramentos em uma comunidade específica. No contexto da Educação Especial, é essencial que a gestão promova atividades que envolvam todos os profissionais, superando os desafios da Educação Inclusiva de maneira coletiva e colaborativa. Nessa mesma linha de pensamento, Sakura Haruno (2019) destaca que para melhorar a educação das pessoas com deficiência da seguinte forma:

Permitindo que capacitações permanentes voltadas para a educação inclusiva faça parte do calendário escolar de todos os professores da rede regular, não se restringindo a aqueles que já trabalham com a educação especial, permitindo assim que haja espaço para discussão da verdadeira inclusão (Haruno, 2019).

Após consulta ao último Censo Escolar do município de Gilbués foi possível constatar que, o número de alunos com deficiências incluídos no ensino regular deste município aumentou aproximadamente 80% desde 2017 ano em a educação especial começou a ser implementada, infelizmente não foi possível confirmar a qualidade da escola inclusiva no contexto municipal.

Ao examinar as condições proporcionadas em conjunto com as necessidades dos alunos, torna-se evidente que a educação ainda é insuficiente e precária. Em outras palavras, mesmo que os alunos com deficiência tenham acesso às salas de aula regulares, isso não implica necessariamente que seu êxito acadêmico esteja assegurado. Nesse contexto, é relevante investigar a natureza dos serviços educacionais oferecidos, visando garantir que os alunos deficientes tenham acesso a um ensino de qualidade, não se limitando apenas ao acesso às escolas (Fación, 2009). De acordo com Batalla (2009), a Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio da "Escola para Todos", visando promover igualdade de oportunidades ao trabalhar com a heterogeneidade e diversidade. Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido com base no respeito às necessidades individuais e ao contexto social de cada aluno. Diante disso, as perspectivas futuras para aprimorar a Educação Especial estão vinculadas ao que a gestão da Educação Especial e Inclusiva do sistema educacional municipal de Gilbués-Pi está implementando nas instituições escolares. Sakura Haruno (2019) descreve que:

Que consigamos garantir todos os direitos das pessoas com deficiência, no que concerne à questão educacional, no menor espaço de tempo possível, pois apesar de todos os nossos esforços, temos consciência que algumas vezes o processo de liberação de profissionais especializados é moroso e acaba por vezes fazendo com que o aluno se evada do ambiente escolar. Como citado anteriormente, esperamos que capacitações para os professores de sala regular entrem no calendário escolar, que dessa forma torne-se um hábito o olhar coletivo para a responsabilização que se tem no processo ensino aprendizagem de cada aluno com deficiência da escola (Haruno, 2019).

Com base nesse conceito, percebe-se que ainda existe uma resistência em compreender o significado da inclusão escolar no município de Gilbués-Pi. Sakura Haruno (2019) confirma esta visão, afirmando que este paradigma se deve a uma “falta de participação” nas redes profissionais nas escolas, alguns porque percebem que é um grande desafio e a disponibilidade é necessária e preferem evitá-lo, alguns porque percebem que é um grande desafio e que a usabilidade é necessária e preferem evitá-la, alguns por falta de conhecimento” (Haruno, 2019).

Portanto, Carvalho (2009) afirma que a estrutura dos serviços educacionais especializados (AEE) pode explicar a resistência à inclusão devido à preocupação de que haja uma desconexão entre os ideais da educação inclusiva e, assim, fornecer resultados insatisfatórios em termos dos méritos dos serviços para pessoas com deficiência às pessoas recebem educação convencional. Portanto, é necessário esclarecer esta situação e consolidar a escolaridade obrigatória e uma educação de qualidade para todos. A fim de contextualizar a cerca dos achados acima faremos uma exposição de uma Síntese da caracterização dos estudos dos principais artigos que utilizamos como base teórica para fundamentar este estudo.

Quadro 1. Síntese da caracterização dos estudos. Corrente, Piauí, Brasil, 2023.

AUTORES	PERIÓDICO	PAÍS (ANO DE PUBLICAÇÃO)	DELINEAMENTO METODOLÓGICO
Myrella Lopes de Souza	Univasf	Brasil/ 2019	Revisão bibliográfica Qualitativa e narrativa.
Alice Gritti, Aline Gritti Rodrigues	Revista Educação em Foco	Brasil/ 2019	Revisão bibliográfica qualitativa e exploratória.
Aline Antunes Pereira Vânia Cristina Nogueira Julita de Castro Meira Mendes Ana Cristina Santezzi Bertotelli Andreuzza Érica de Souza Ferraz Nilza Veloso da Silva Jhenifer Prescilla Dias Fuzinell Luciana Soares Alves de Campos	Revista contemporânea CAPES	Brasil/2022	Pesquisa bibliográfica e exploratória de literatura.

Fonte: Elaborado pelo Autor 2023

Foram analisados e filtrados alguns trabalhos correlatos ao tema desta pesquisa que estavam dentro do recorte temporal do período de 2018 a 2023, estes documentos atenderam aos critérios de seleção estabelecidos de inclusão. Os critérios de inclusão foram elencados da seguinte forma: que estivessem dentro do recorte temporal de cinco anos e ainda que tivessem como metodologia revisão bibliográfica. Os quadros abaixo apresentam um resumo dos trabalhos selecionados com publicação no período de 2018-2023 que foram utilizados para análise na presente pesquisa.

Quadro-1- Trabalhos Selecionados com publicação no período de 2019-2023.

AUTOR	OBJETIVO DA PESQUISA	RESULTADOS
Aline Antunes Pereira Vânia Cristina Nogueira Julita de Castro Meira Mendes Ana Cristina Santezzi Bertotelli Andreuzza Érica de Souza Ferraz Nilza Veloso da Silva Jhenifer Prescilla Dias Fuzinell Luciana Soares Alves de Campos	A pesquisa se concentra na integração de crianças com deficiência no contexto da Educação Infantil e busca compreender a perspectiva voltada para a primeira infância.	Professoras de Educação Infantil enfrentam desafios na inclusão de crianças com deficiência, gerando sentimentos variados. Elas reconhecem a importância da inclusão, mas sentem a necessidade de ajustes estruturais e pedagógicos. O treinamento contínuo é visto como crucial para abordar diversidade e inclusão de forma eficaz.
TÍTULO		
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios e possibilidades		
ANO		
2022		

Fonte: Elaborado pelo Autor 2023

Quadro-2- Trabalhos Selecionados com publicação no período de 2019-2023.

AUTOR	OBJETIVO DA PESQUISA	RESULTADOS
Myrella Lopes de Souza	Examinar as dificuldades associadas à prestação de educação especial no âmbito da política de educação inclusiva atual dos governos municipais	A história da nossa educação tradicionalmente segregou os alunos em categorias como normais e anormais, fortes e fracos, entre outras. Isso levou a muitas crianças, não apenas as com deficiências, a se afastarem das escolas públicas. Preocupações econômicas influenciaram a formulação de políticas educacionais em diferentes momentos da história do Brasil, incluindo o presente. No entanto, é importante ressaltar que muitas vezes essas decisões conflitam com a busca pela garantia de direitos sociais.
TÍTULO		
Perspectivas e desafios da educação inclusiva : uma revisão bibliográfica		
ANO		
2019		

Fonte: Elaborado pelo Autor 2023

Quadro -3 Trabalhos Seleccionados com publicação no período de 2019-2023.

AUTOR	OBJETIVO DA PESQUISA	RESULTADOS
Alice Gritti, Aline Gritti Rodrigues	O princípio essencial da inclusão escolar é que todos os alunos Devem compartilhar a aprendizagem, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças, sempre que for viável. Isso implica o reconhecimento das diversidades e a adaptação aos diversos estilos ritmos de aprendizagem, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade. Este artigo de revisão bibliográfica visa demonstrar que a inclusão escolar está ligada à educação para todos, e, para isso, leis nacionais foram promulgadas para assegurar esse aspecto da educação.	A inclusão escolar é uma proposta politicamente adequada que reflete valores simbólicos significativos, alinhados com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional inclusivo. Este estudo conclui que a Educação Inclusiva é um marco na história da educação brasileira, mas ainda enfrenta desafios para eliminar quaisquer forma de segregação.
Os Desafios da Inclusão Escolar.		
ANO		
2019		

Fonte: Elaborado pelo Autor 2023.

Dentre esses estudos destacados nos quadros, apenas estes 3 cumpriram os requisitos necessários para serem incluídos na amostra final desta revisão, os quais tinham como abordagem central as temáticas relacionadas os " Os desafios da educação especial e inclusiva " e "esferas municipais". Apesar do número limitado de artigos selecionados, é notável que as questões relacionadas à educação especial e inclusiva estão atualmente em destaque, com intensas discussões e ações em curso no âmbito da educação e da sociedade brasileira. Essas iniciativas têm como foco aprimorar as práticas pedagógicas, promover a capacitação de professores, e o desenvolvimento de salas de aula especiais, sendo viabilizadas através da implementação de políticas de inclusão eficazes. A Educação Especial e a Educação Inclusiva ganharam impulso significativo a partir da iniciativa da Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994, em cooperação com a UNESCO nascendo assim a declaração de Salamanca.

“Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados” (SALAMANCA, 1994, p.01)

De acordo Rogalski (2010), no Brasil, até a década de 50, quase não havia fala sobre educação especial. Desde a década de 70, a educação especial tornou-se discussão para focar a atenção do governo na criação de instituições públicas e agências reguladoras privadas, federais e estaduais e categorias especiais.

A partir desses esforços estudos voltados para a educação especial e inclusiva, passaram a ser realizados destacando a influência das políticas públicas no Brasil, enfatizando os objetivos essenciais de sua implementação tanto no sistema de ensino regular como em outros setores da sociedade.

Conforme observado por Silva e Sena (2015, p.13) e Prado e Costa (2017, p.02), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, que trazem um enfoque neste novo momento da educação, isso representou um significativo avanço na promoção da educação inclusiva, ao estabelecer diretrizes que estão em conformidade com a Constituição Federal, garantindo a adaptação das unidades de ensino para a implementação de estratégias e metodologias adequadas à realidade das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Os resultados desta pesquisa destacaram que, embora a gestão municipal e os educadores em Gilbués-Pi estejam empenhados em superar esses desafios ainda há muito a ser feito para alcançar uma verdadeira inclusão. É importante ressaltar que a capacitação contínua dos profissionais da educação e o investimento em infraestrutura são elementos fundamentais para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. A formação de professores e outros profissionais da educação em práticas inclusivas são cruciais para atender às necessidades variadas dos alunos com deficiência.

Em síntese, a pesquisa bibliográfica revelou que a Educação Inclusiva é uma jornada desafiadora que exige esforços coletivos e transformações estruturais, não apenas em Gilbués-Pi, mas também em âmbito nacional. Esta pesquisa desempenha um papel crucial ao fornecer uma compreensão abrangente desses desafios e ao destacar a necessidade de mudanças contínuas para alcançar uma educação inclusiva de sucesso. Diante desse cenário, esta pesquisa se propôs a analisar os possíveis desafios como falta de infraestrutura a gestão municipal de Gilbués enfrenta na plena implementação da Educação Especial no contexto educacional do município. Com base nos objetivos delineados, é possível afirmar que Gilbués está em processo de implementação da Educação Especial.

A pesquisa visa a avaliação das políticas públicas direcionadas aos estudantes-alvo da Educação Especial em Gilbués, bem como a identificação das ações em andamento realizadas pelos gestores educacionais do município para garantir a efetiva implementação desse tipo de educação. Esses esforços demonstram um compromisso com a inclusão e a busca por oportunidades educacionais equitativas para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas sobre a necessidade de promover mudanças nas estratégias educacionais para garantir uma educação inclusiva no município de Gilbués- PI percebe-se que a inclusão escolar é um desafio complexo que envolve diversos atores, desde professores até gestores e pais. O reconhecimento dos direitos dos alunos com deficiência é fundamental, mas apenas a legislação não é suficiente para garantir a inclusão efetiva.

A gestão escolar enfrenta desafios significativos, conforme destacado por Paro (2001), e a necessidade de utilizar os recursos disponíveis de maneira consciente e intencional para promover melhorias na comunidade é evidente. A colaboração e engajamento de todos os profissionais, como enfatizado por Sakura Haruno (2019), são cruciais para superar os desafios da Educação Inclusiva de forma coletiva. Ao examinar as condições oferecidas em conjunto com as necessidades dos alunos, fica claro que a educação ainda é insuficiente e precária. Mesmo com o acesso à sala de aula regular, o sucesso acadêmico dos alunos com deficiência não é automaticamente garantido. Isso ressalta a importância de investigar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos, indo além do simples acesso às escolas (Fación, 2009).

A pesquisa realizada em Gilbués-Pi revelou um aumento significativo no número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular desde a implementação da Educação Especial em 2017. No entanto, a qualidade da escola inclusiva no contexto municipal não pôde ser confirmada. A resistência em compreender o significado da inclusão escolar é evidente, apontando para a necessidade de conscientização e capacitação contínua dos profissionais da educação. A revisão bibliográfica destacou a relevância das discussões sobre os desafios da Educação Especial e Inclusiva em esferas municipais. Mesmo com um número limitado de artigos selecionados, observa-se que as questões relacionadas à inclusão estão em destaque, indicando uma busca por práticas pedagógicas aprimoradas e a implementação de políticas eficazes.

A Educação Inclusiva ganhou impulso significativo após a Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994, e a capacitação contínua dos profissionais, juntamente com o investimento em infraestrutura, são elementos fundamentais para criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. A pesquisa conduzida em Gilbués ressalta o compromisso com a inclusão, mas também destaca desafios como a falta de infraestrutura, preconceitos e déficit de profissionais especializados. Em síntese, a pesquisa evidencia que a implementação efetiva da Educação Especial e Inclusiva demanda esforços coletivos, transformações estruturais e a superação de desafios históricos.

A capacitação dos profissionais, a conscientização da comunidade e a avaliação constante das políticas públicas são essenciais para garantir uma educação inclusiva de qualidade. A pesquisa contribui para a compreensão desses desafios e destaca a importância contínua de aprimorar práticas e políticas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva em Gilbués-Pi e além.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- ARCO-VERDE, Y. F. S. Reformulação curricular no Estado do Paraná – um trabalho coletivo. **In: _____, Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no Estado do Paraná**. Curitiba: SEED/SUED, 2004. Mimeografado
- BONETI, R. V. de F. A Aprendizagem da Leitura e da Escrita na Diversidade da Escola Inclusiva: Similaridades e Particularidades da Criança Portadora de Deficiência Intelectual. **Anais do II Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP, v.2, p.238-239, 2000.**
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Education in the Perspective of Inclusive Education: challenges and possibilities. . **Revista Contemporânea, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 291–313, 2022.** DOI: 10.56083/RCV2N4-017. Disponível em: [https://file:///C:/Users/annac/Downloads/4+Contempor%C3%A2nea+09-08+DOI+017%20\(4\).pdf](https://file:///C:/Users/annac/Downloads/4+Contempor%C3%A2nea+09-08+DOI+017%20(4).pdf). Acesso em: 17 Out. 2023.
- Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais. / V. M. F. CAPELLINI e O.M. Pi. R. RODRIGUES, organizadoras. – Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 201 p. il. V. 2. Disponível em: <https://file:///C:/Users/annac/Downloads/VOLUME2.pdf> Acesso em: 10 Out. 2023.
- FIGUEIRA, E. **A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação**—Ministério da Educação—Secretaria de Educação Especial, 1995.
- FERRAZ, E. de S.; SILVA, N. V. da; DIAS FUZINELLI, J. P.; CAMPOS, L. S. A. de. Special. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/242/181>. Acesso em 22. Out. 2023
- (FREIRE, 2011, p. 93). _____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GOFFMAN, Erving, **Stigma - Notes on the Management of Spoiled Identity**, Englewood Cliffs N.J, Prentice-Hall, 1981 (Trad. Bras. Mathias Lambert, Rio de Janeiro, Zahar, 2004)
- KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Cortez, São Paulo. (Coleção Questões da Nossa Época, v.64); 1998.
- LOPES DE SOUZA, M.; DOS SANTOS MACHADO, A. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 24–49, 2019.** Disponível em: <https://revistaverde.escolaverde.org/> . Acesso em: 17 out. 2023.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11 n. 33 set./dez. 2006. p.387-405. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 30 Out.2023.

Mendes EV. **Revisão bibliográfica sobre a atenção primária à saúde**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais; 2005.

MITTLER, P. **Educação inclusiva : contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Deliberação.º02/2003.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/41989832/MANTOAN_M_T_E_Inclus%C3%A3o_Escolar_O_que_%C3%A9_Por_qu%C3%AA_Como_fazer. Acesso em 25 de Out.2023.

PEREIRA, A. A. .; NOGUEIRA, V. C. .; MENDES, J. de C. M. . .; ANDREUZZA, A. C. S. B. .; Disponível em ;[https:// https://www.scielo.br/j/rbee/a/sN6wfRgRRg6qMYNpLTHS5tR/](https://www.scielo.br/j/rbee/a/sN6wfRgRRg6qMYNpLTHS5tR/). Acesso 15 Out.2023.

STAINBACK, S. Entrevista – *Revista pedagógica*. Ano VII ,nº 32,nov.2004 jan. 2005. Porto Alegre: Artmed, 2004,p.20–24. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v10i33.627>. Acesso em: 12 Out. 2023.

SASSAKI, R.K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação . **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr.2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319 . Acesso em: 15 Out. 2023.